









## ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 44/2025

PROMULGA A PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA APROVADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO-SE E SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL.

**CONSIDERANDO** a aprovação pela Câmara de Vereadores do Projeto de Lei nº 090/2025.

**CONSIDERANDO** que o autografo da referida proposição legislativa foi recebida pelo Poder Executivo na data de 10/10/2025.

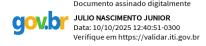
**CONSIDERANDO** a sanção pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal.

#### **RESOLVE**

**Art.1º PROMULGAR** a **Lei nº 766/2025** oriunda do Projeto de Lei nº 090/2025, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º Publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito de São Cristóvão/ SE, em 10 de Outubro de 2025.



JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR Prefeito Municipal











#### LEI Nº 766/2025 De 10 de Outubro de 2025

Institui o Auxílio-Uniforme a ser pago, em pecúnia, aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde – ACS e de Agente de Combate às Endemias – ACE do Município de São Cristóvão, e dá outras providências.

# O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO – ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 34 e 53 da Lei Orgânica Municipal e suas alterações, faço saber que a Câmara Municipal

Orgânica Municipal e suas alterações, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o **Auxílio-Uniforme**, como vantagem pecuniária de natureza indenizatória, a ser pago anualmente, em pecúnia, aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde – ACS e de Agente de Combate às Endemias – ACE, em efetivo exercício de suas atribuições no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, na forma desta Lei.

## Art. 2º O Auxílio-Uniforme de que trata esta Lei:

- I não possui natureza salarial, tampouco se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos, em nenhuma hipótese;
- II não constitui rendimento tributável nem base de incidência de contribuição previdenciária;
  - III não pode ser objeto de descontos não autorizados pela legislação;
- IV não pode ser percebido cumulativamente com outros auxílios ou quaisquer vantagens pecuniárias relativas a ressarcimento de despesas com uniforme ou correlatas.











**Art. 3º** O Auxílio-Uniforme deve ser concedido anualmente, em pecúnia, em folha de pagamento, conforme orientação e programação da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que, no primeiro ano, será concedido em dobro para que o servidor adquira dois conjuntos de uniformes.

**Parágrafo único.** A solicitação formal para fins de concessão do Auxílio-Uniforme somente pode ser feita pelo Secretário Municipal de Saúde, indicando a relação de servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de ACS e ACE em efetivo exercício de suas atribuições.

**Art. 4º** O valor do Auxílio-Uniforme instituído nos termos desta Lei deve equivaler a 150,0 (cento e cinquenta) Unidades Fiscal do Município – UFM.

**Parágrafo único.** As especificações, os modelos e os quantitativos dos respectivos uniformes serão definidos por ato do Poder Executivo, em regulamento próprio.

Art. 5º Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de ACS e ACE, quando em efetivo exercício de suas atribuições no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, devem estar obrigatoriamente trajando o uniforme correspondente, conforme os termos e especificações estabelecidas em regulamento próprio, sob pena de responsabilidade funcional.

**Parágrafo único.** O uniforme referido no "caput" deste artigo será assegurado pelo Município, sob a forma do Auxílio-Uniforme, nos termos desta Lei.

- **Art. 6º** A aquisição dos uniformes pelos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de ACS e ACE somente poderá ser realizada em estabelecimentos previamente credenciados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- **Art. 7º** As normas, orientações e/ou instruções necessárias à aplicação ou execução desta Lei serão expedidas mediante atos da Secretaria Municipal de Saúde.
- Art. 8º O Poder Executivo adotará as medidas necessárias para efetivação dos procedimentos orçamentários e financeiros decorrentes da execução ou aplicação desta Lei, devendo as respectivas despesas correr à conta











de dotações próprias consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Município de São Cristóvão, 10 de outubro de 2025, 435° da Fundação da Cidade, 203° da Independência e 136° da República.



## JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR

Prefeito de São Cristóvão

Documento assinado digitalmente

MARCOS ANTONIO DE AZEVEDO SANTANA
Data: 10/10/2025 12:35:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

#### MARCOS ANTÔNIO DE AZEVEDO SANTANA

Secretário Municipal de Governo e Gestão

Documento assinado digitalmente

FERNANDA RODRIGUES DE SANTANA GOES
Data: 10/10/2025 13:00:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

#### FERNANDA RODRIGUES DE SANTANA GOES

Secretária Municipal de Saúde

SEI nº 2025.0001.000002560-4